

Em defesa da EJA como política pública de formação humana integral e dever do Estado

Os Fóruns de EJA do Brasil são um movimento que articula os diferentes segmentos envolvidos com a EJA, como gestoras(es), educadoras(es), estudantes, pesquisadoras(es), entre outros profissionais da educação, os quais lutam por uma EJA como direito público subjetivo desde 1996.

Estamos em um momento histórico de disputa fundamental para o futuro da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O cenário de 2026, marcado pelo processo eleitoral e pela construção dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, exige atenção redobrada: é a hora de definir as diretrizes que guiarão a modalidade na próxima década.

Nesse contexto, cresce a incidência de narrativas baseadas na "inclusão produtiva". É imperativo rechaçar veementemente essa concepção neoliberal. Sob uma aparência de modernidade, essa agenda opera a partir de uma lógica mercadológica e utilitarista que reduz a educação a mero treinamento para o mercado de trabalho.

Alertamos que a proposta, encabeçada pelo bloco das organizações de perfil privatista que compõem a Rede EJA e "Inclusão Produtiva", ignora as causas estruturais da desigualdade social e legitima o fechamento de turmas presenciais, a imposição da EaD como estratégia de redução de custos e a substituição da formação docente e de materiais didáticos públicos por "soluções privadas".

Desse modo, os Fóruns de EJA do Brasil reafirmam que os 64 milhões de pessoas, que não concluíram a educação básica, tiveram os seus direitos negados. São brasileiros empobrecidos pelas circunstâncias econômicas e sociais desiguais de nosso país, impulsionadas inclusive por segmentos que defendem a tal inclusão produtiva. São sujeitos! São trabalhadores! São produtivos! Eles produzem a riqueza do Brasil.

Entendemos que o trabalho não pode ser reduzido à produção de bens, ao consumo desenfreado ou à mera adaptação às exigências do mercado; deve ser reconhecido como expressão da criatividade humana, da produção da vida, da cultura e da transformação da realidade. Defendemos uma formação que fortaleça a autonomia das (os) trabalhadoras(es)-estudantes, valorize os saberes construídos em seus territórios e reconheça as experiências de homens e de mulheres que estão no campo, nas águas, nas florestas, nas cidades, nos becos e nas periferias, e que buscam, por meio da EJA, ampliar seus conhecimentos.

Desafios nos territórios e no processo eleitoral

Diante das diretrizes operacionais e da elaboração dos planos decenais (PEE, PME, PDE), o nosso desafio é combater a lógica privatista e ocupar os espaços de decisão. A ação nos territórios deve ser pautada pela:

- vigilância ativa na construção dos planos: garantir que as metas municipais, estaduais e distrital estejam alinhadas à garantia da oferta pública, presencial e integrada, resistindo a metas vazias ou tecnicistas;
- defesa da oferta presencial: combater a desarticulação de turmas e a substituição do trabalho pedagógico vivo por plataformas digitais e materiais de terceiros;
- incidência política no pleito eleitoral: colocar a pauta da EJA no centro do debate eleitoral, exigindo compromisso das(os) candidatas(os) com a responsabilidade estatal, e não com parcerias que delegam a gestão educacional ao setor privado;
- intensificação da mobilização e articulação de centrais sindicais e movimentos populares em defesa da EJA/EPT pública emancipadora da classe trabalhadora à luz da Recomendação 193 da OIT;
- apoio ao Projeto de Lei que cria a política nacional de EJA, em tramitação na Câmara Federal, e apoio à criação da Frente Parlamentar em defesa da EJA.

Reafirmamos que cada avanço conquistado ao longo de décadas de história da EJA é fruto de nossa luta e organização coletiva, da resistência dos movimentos sociais e da construção democrática dos Fóruns de EJA. Não reconhecemos a legitimidade de articulações que aparecem em momentos de disputa orçamentária ou eleitoral para oferecer "soluções" prontas.

O momento é de unidade. Conclamamos educadoras(es), estudantes, pesquisadoras(es), movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil a fortalecerem a luta pela EJA, sob responsabilidade do Estado, ancorada na educação popular. A EJA é um direito fundamental, não um serviço a ser leiload.

Brasil, 17 de julho de 2026.

Fóruns de EJA do Brasil

EJA é Direito, mas não de qualquer jeito!